

Doutrina

TEORIA ISLÂMICA DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS (RI)

Luís Fontoura

OPINIÃO PÚBLICA E A INTERPRETAÇÃO DA CONSTITUIÇÃO

Maria Garcia

A EC 40/2003 E A AUTONOMIA DO BANCO CENTRAL

Arnoldo Wald

A DIMENSÃO OBJETIVA DO DIREITO FUNDAMENTAL AO ACESSO À JUSTIÇA E A EFETIVIDADE DA NORMA CONSTITUCIONAL

Milene de Alcântara Martins Scheer

VÍCIOS DA EC 41/2003. INCONSTITUCIONALIDADE DA CONTRIBUIÇÃO DE INATIVOS

Caroline Medeiros E Silva

A EFICÁCIA DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS SOCIAIS

Clèmerson Merlin Clève

INSTRUMENTOS PROCESSUAIS DE GARANTIA NO DIREITO DOS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA

Fernanda Kellner de Oliveira Palermo

A PRESUNÇÃO DE LEGITIMIDADE E VERACIDADE DOS ATOS ADMINISTRATIVOS E O MITO DA INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA EM PREJUÍZO DOS ADMINISTRADOS

Luis Manuel Fonseca Pires

ACORDO PARA RECEBIMENTO DE CRÉDITO PERANTE A FAZENDA PÚBLICA

Adilson Abreu Dallari

MEDIDAS PROVISÓRIAS E SEGURANÇA JURÍDICA: a inconstitucionalidade do art. 2.º da emenda constitucional 32/2001

Anna Cândida da Cunha Ferraz

VIRTUDES DO DIREITO: elementos a legitimar o estado democrático de direito

Cássio Mattos Honorato

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO: estrutura, funcionamento e competências

Lélio Maximino Lellis

LEIS INCONSTITUCIONAIS AINDA CONSTITUCIONAIS?

Ricardo Ribeiro Campos

DO TRATAMENTO DA MATÉRIA ECONÔMICA NAS CONSTITUIÇÕES BRASILEIRAS E O HISTÓRICO DAS RESTRIÇÕES À ATIVIDADE ECONÔMICA IMPOSTAS AOS ESTRANGEIROS

Carlo José Napolitano

PRINCÍPIOS, REGRAS E A FÓRMULA DE PONDERAÇÃO DE ALEXY: um modelo funcional para a argumentação jurídica?

Thomas da Rosa de Bustamante

OS LIMITES AOS PODERES DE INVESTIGAÇÃO DAS COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO EM FACE DO DIREITO À INTIMIDADE

Hidemberg Alves da Frota

INTERPRETAÇÃO CONSTITUCIONAL E O PRINCÍPIO DO DEVIDO PROCESSO LEGAL

Luciana Andrea Accorsi Berardi

Jurisprudência

Supremo Tribunal Federal

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE - Lei orgânica do Ministério Público - Interpretação dada ao artigo 170, V, da LC estadual 734/93, para esclarecer que a filiação partidária do Parquet somente pode ocorrer na hipótese de afastamento das funções institucionais, mediante licença e nos termos da lei - Interpretação da mesma natureza dada ao par. ún. do art. 170 para determinar que a expressão "o exercício de cargo ou função de

confiança da Administração Superior" seja entendida como referindo a Administração do próprio Ministério Público - Suspensão da eficácia da expressão "e XVIII deste artigo, bem como a prevista no art. 221 desta lei complementar, se o fato ocorreu quando no exercício da função", contida no par. ún. do art. 224, do mesmo diploma legal, diante da plausibilidade da alegação de inconstitucionalidade e da presença dos pressupostos de relevância e conveniência.

Tribunal Regional Federal da 1.^a Região

INSTITUIÇÃO FINANCEIRA - Mandado de segurança - Impetração por instituições bancárias contra penalidade pecuniária aplicada pelo Banco Central e retirada de suas reservas ali depositadas - Poder de fiscalização conferido ao Banco Central que não o autoriza à aplicação de sanção pecuniária, devendo tal ato ser declarado nulo - Inadmissibilidade, no entanto, da devolução dos valores retidos, mormente acrescidos de juros de mora, porque de direito tributário não se trata e, muito menos, de repetição de indébito tributário - Mandamus, ademais, que não pode ser utilizado como ação de cobrança.
